

## Ata nº 21/2023

Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência do vereador Altenir Rodrigues da Silva, os vereadores Cleres Maria Cavalheiro Revelante, Gildo de Oliveira Brandão, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Jair Borges, José Sérgio de Carvalho, Orquelita Salgado da Costa, Priscila Tramontini Spacil e Sandro Drum. O presidente solicitou à secretária, vereadora Orquelita, que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente, a segunda secretária, vereadora Jane, fez a leitura da Ata nº 20/2023, que foi posta em discussão, votação e aprovada por sete votos. O vereador Gildo de Oliveira Brandão se absteve, pois não estava presente na última Sessão. Na sequência, a secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2865, de 18 de maio de 2023 – Revoga o art. 174 e altera a redação do caput, do art. 175, da Lei Municipal nº 2735, de 26 de julho de 2022, e dá outras providências, bem como a leitura da Emenda Substitutiva ao art. 2º do Projeto de Lei do Executivo nº 2865/2023. O presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei, que veio com parecer favorável das duas Comissões, com a respectiva Emenda Substitutiva, sendo aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Pedido de Providência nº 35/2023 da vereadora Orquelita Salgado da Costa, MDB, que o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, providencie mais estrutura física para a Biblioteca Pública Municipal, bem como, impressora, mais livros e internet. O pedido justifica-se tendo em vista o grande número de pessoas que utilizam o espaço, a vereadora defendeu seu pedido. Estão baixados nas Comissões aguardando diligências do Poder Executivo: Projeto de Lei do Executivo nº 2861, de 5 de maio de 2023 – Altera os incisos I, II, III e § 7º do art. 13 da Lei Municipal nº 1388/2005, e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2866, de 18 de maio de 2023 – Altera o caput do art. 96, da Lei Municipal nº 270, de 21 de dezembro de 1990, e dá outras providências; Projeto

de Lei do Executivo nº 2867, de 18 de maio de 2023 – Altera o caput e o parágrafo único, do art. 4º, a redação do título da seção V, o caput e o parágrafo único do art. 22, o caput e o § 2º, do art. 26, o art. 30, o caput e os §§ 1º e 2º, do art. 32, o art. 34, e o parágrafo único, do art. 49, e acrescenta os §§ 3º e 4º, no art. 32, todos da Lei Municipal nº 2611, de 11 de dezembro de 2020, e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2869, de 6 de junho de 2023 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 152.913,00 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e treze reais) e dá outras providências. A Vereadora Cleres utilizou a tribuna parlamentar para falar sobre a confirmação de uma emenda parlamentar, conquistada pela vereadora, através do Senador Paulo Paim, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que será destinada para a pavimentação da rua do distrito industrial do município. Falou sobre o piso da enfermagem e apresentou um Pedido de Informação sobre o possível pagamento do piso para apenas uma servidora da categoria. Explanou sobre sua visita à Casa do Idoso, sobre o encontro de todos os domingos a tarde, sobre o mês de enfrentamento da violência contra o idoso, sobre a praça que fica ao lado da Casa do Idoso, a qual apresentará um Pedido de Providência referente a ela na próxima Sessão e agradeceu a acolhida de todos. Cleres comentou também sobre a visita do Presidente Lula ao Estado do Rio Grande do Sul onde ele esteve visitando e inaugurando um novo condomínio em Viamão, sobre o valor significativo investido no SUS do Estado e inauguração de uma parte nova no Hospital de Clínicas. Finalizou o uso da tribuna explanando sobre a nova modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida, que será destinado a trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e assentamentos e sobre o Plano Safra 2023 com os investimentos do Governo Federal na agricultura familiar e agronegócio. O vereador José Jair Borges abordou temas relacionados ao aditivo do contrato com a Corsan, fez uma retrospectiva sobre a estação de tratamento e falou sobre a venda da Corsan e suas consequências. Jair colocou seu ponto de vista em relação às cobranças exorbitantes de taxas e colocou-se ao lado da

população. Falou sobre alguns pontos do aditivo analisados por ele e finalizou dizendo que com trabalho em conjunto podem defender os interesses da população. O vereador Sérgio Carvalho fez uso da tribuna para falar sobre a pavimentação da localidade de Tabajara que será suspensa até que consigam o material adequado necessário para uma obra de qualidade. Falou sobre o Plano Safra e comentou que ficou feliz ao ver a entrevista do Presidente Lula, onde ele fala sobre a invasão de terras dando uma solução para que não aconteçam mais invasões. Sérgio finalizou dizendo ser a favor dos assentamentos a quem necessite e queira trabalhar. Ao final da tribuna do vereador Sérgio, o vereador Sandro Drum fez um agradecimento ao Prefeito Municipal pela construção do muro na divisa da Secretaria de Obras com as residências, o qual havia sido solicitado pelo vereador através de um Pedido de Providência neste ano. O vereador Presidente, Altenir falou a respeito da reunião onde participou e que também estavam presentes a Corsan, Ministério Público, Patram, Prefeito Municipal e Assessoria Jurídica, departamento do Meio Ambiente, Secretário de Administração, Meio Ambiente do Ministério Público, onde tiveram como pauta a ETE (Estação de Tratamento Esgoto). Uma vez que o Promotor, Dr. Eráclito, deixou claro que várias casas não possuem sumidouro, sendo ligadas diretamente no esgoto pluvial, no sentido de responsabilizar a fiscalização desta questão e encontrar um meio de resolver isso. Sendo que, a Corsan terá o prazo de 1 ano para colocar em perfeito funcionamento a ETE. Falando sobre o assunto das taxas cobradas pela Corsan, Nico disse que teve a informação de que foram cobradas novamente este mês, mesmo tendo sido tratado com a Corsan que as taxas seriam suspensas. Nico disse também que as taxas serão cobradas das residências que possuem esgoto interligado, assim como das demais. Mais um ponto destacado foi de que este valor iria para um fundo e este fundo iria gerir este valor para possivelmente atender a comunidade de baixa renda. Segundo o Presidente este problema foi colocado por ele em reunião com o Promotor, mas por não fazer parte da pauta da reunião não pôde ser tratado na ocasião. Deixou a tribuna à disposição de quem queira fazer algum esclarecimento em relação ao

assunto, disse que o Legislativo precisa da ajuda o Executivo uma vez que já foi solicitado cópia do aditivo a mais de 15 dias, tanto para a Corsan quanto ao Executivo. Destacou sua participação, juntamente com a vereadora Jane, no curso sobre ouvidoria pública, procedimentos e inovações legislativas, na semana passada em Porto Alegre, comentou sobre a mudança e atualização do processo da ouvidoria pública e disse ter aproveitado também a viagem para solicitar emendas junto aos deputados Adolfo Brito e Pedro Westphalen, onde o Deputado Pedro Westphalen comprometeu-se com emenda impositiva no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a pavimentação da rua Luiz Bisognin (Distrito Industrial). Falou sobre propostas tratadas com o deputado Brito em relação a liberação das águas públicas e desenvolvimento da aquicultura, sendo uma luta do vereador Nico já a 20 anos. Nico falou sobre a entrega de ofício do Senador Luiz Carlos Heinze, com trabalho do Deputado Brito, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na semana passada ao Prefeito Municipal Ronaldo Moraes, para que a Prefeitura faça projeto e se habilite para receber o valor e aplicar na pavimentação da rua Luiz Bisognin (Distrito Industrial). Agradeceu ao Senador Paim, por também estar colaborando com emendas para este compromisso da pavimentação do Distrito Industrial, como foi divulgado anteriormente pela vereadora Cleres. Também comentou sobre o transporte público para o local e incentivos para o desenvolvimento de empregos e conseqüentemente do município. Finalizou divulgando a emenda parlamentar conquistada por ele, através do deputado Brito, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para a cobertura de um pavilhão a outro do Instituto Miguel Calmon sendo que no passado conseguiu também para a Escola Castelo Branco. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e oito minutos, o presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: